

Quem o 8 de Março inclui no Brasil?



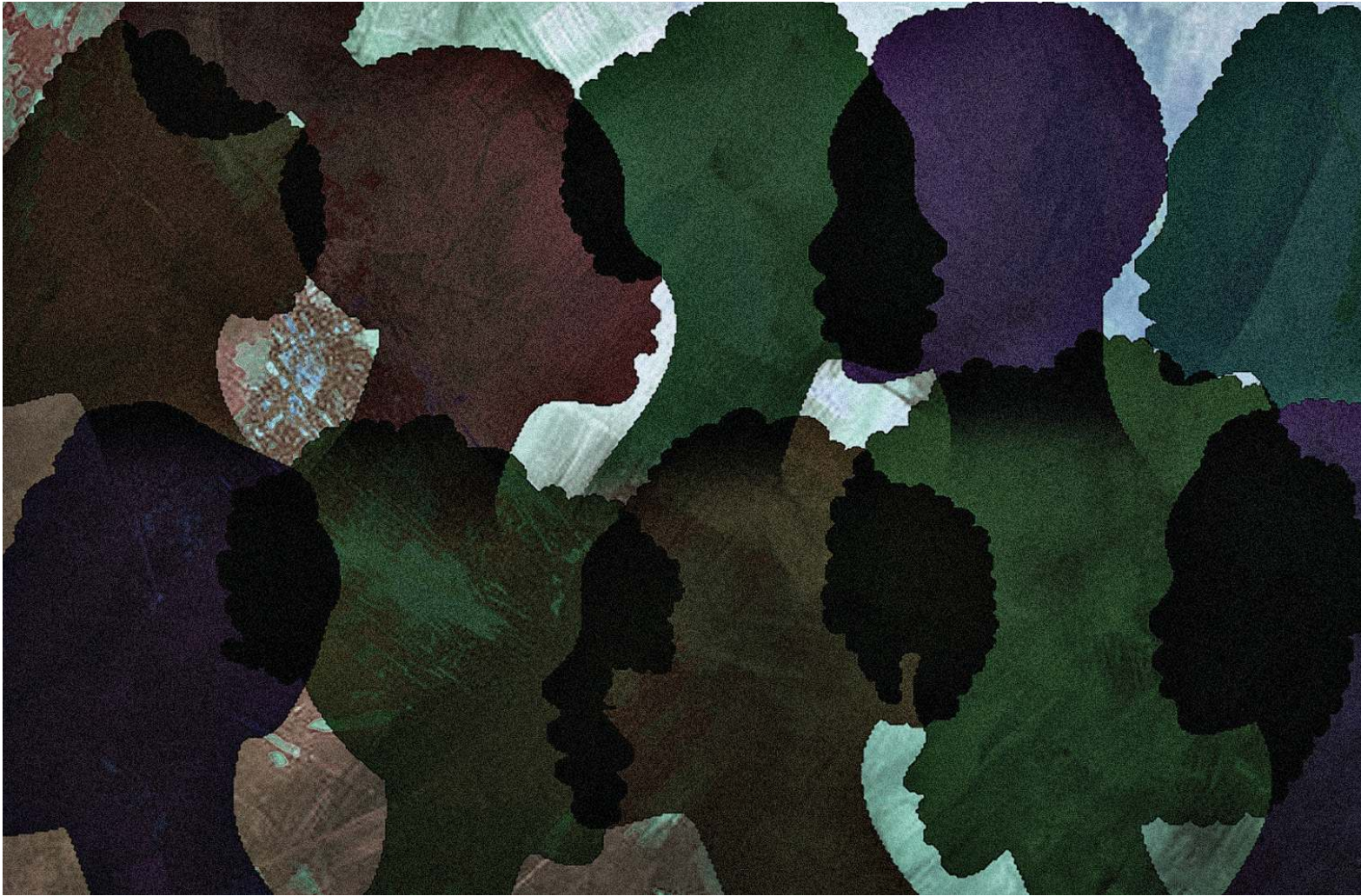
» ROSI COSTA
Doutora em literatura e
práticas sociais (UnB), mãe
e liderança do Movimento
Autônomo de Mães (Mama)

A narrativa consagrada sobre o Dia Internacional da Mulher situa sua origem nas greves e marchas de operárias europeias no início do século 20. Esse marco é historicamente relevante, mas insuficiente para compreender a complexidade da desigualdade de gênero em sociedades marcadas por colonialismo e escravidão. No caso brasileiro, a leitura do 8 de Março deve considerar o dado estrutural da formação social de nosso país, a qual é organizada pelo trabalho forçado de africanas escravizadas, que sustentaram a economia.

A institucionalização do feminismo produziu avanços significativos na ampliação de direitos civis, trabalhistas e políticos. No entanto, a incorporação das experiências das mulheres negras nesse processo foi desigual. A interseção entre gênero, raça e classe é elemento constitutivo da desigualdade brasileira. Políticas formuladas sob o signo da universalidade tendem a reproduzir desigualdades que pretendem combater.

Nesse contexto, trajetórias individuais ajudam a iluminar a estrutura. A literatura de Cristiane Sobral, por exemplo, desloca o debate para o plano simbólico sem perder o vínculo com o material. Em *Não vou mais lavar os pratos*, a recusa da tarefa doméstica é contestação de uma divisão social do trabalho que, no Brasil, tem cor definida.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



Guerra dá lucro



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

As duas bombas atômicas que os Estados Unidos jogaram sobre Hiroxima e Nagasaki, no Japão, em 1945, acabaram com a Segunda Guerra Mundial, na sua fase asiática. Mas também serviram para avisar à União Soviética do poder devastador de suas forças armadas. Os russos explodiram sua bomba em 1949 e devolveram o aviso. Agora, a inesperada ação militar combinada de Estados Unidos e Israel contra o Irã tem por objetivo defender a nação judia e avisar a China que o país está cercado por eficientes equipamentos de ataque. É a advertência de que a guerra continua e o Império do Meio enfrenta concorrentes poderosos.

Os Estados Unidos detêm a liderança da economia mundial segundo a medição do Produto Interno Bruto. São US\$ 33 trilhões contra US\$ 22 trilhões da China. Os dois maiores são seguidos, nesta ordem, por Japão, Alemanha e Índia, que, nos próximos anos, deverá chegar ao terceiro lugar entre as maiores economias do mundo. O desempenho do Brasil é decepcionante. Cresceu 2,3% no último ano e desceu para o décimo primeiro entre as maiores economias do planeta. Já foi o sexto maior. Agora, está atrás de Canadá, Rússia e até da Itália. Desempenho muito fraco para quem pretende ter diplomacia influente.

O desenvolvimento econômico espetacular

O poema opera como crítica a uma ordem que historicamente confinou mulheres negras ao serviço doméstico.

Algo semelhante ocorre no campo cultural. A trajetória de Mestra Martinha do Coco, que iniciou a vida profissional como trabalhadora doméstica antes de alcançar reconhecimento artístico, expõe um padrão recorrente de mobilidade restrita e de acesso desigual aos circuitos de legitimação cultural. Examinar quem tem acesso a esses espaços é examinar como o Estado reconhece determinadas produções culturais como dignas de investimento.

O mesmo ocorre com as escolhas do campo da educação. A defesa de uma educação antirracista, como propõe Gina Vieira, desloca o debate da esfera moral para a institucional. A maneira como meninas negras são representadas no sistema educacional influencia suas trajetórias acadêmica, social e profissional. O debate racial na escola revela que a disputa é estrutural, porque decide quais narrativas serão reconhecidas como constitutivas da história.

A escolha de exemplos do Distrito Federal não decorre de regionalismo, mas de método. O DF concentra os Poderes da República e sintetiza a tensão entre centralidade decisória e desigualdade social. É onde se formulam leis de alcance nacional e onde se tornam visíveis as assimetrias no acesso a serviços públicos e oportunidades econômicas. Isso nos permite observar a distância entre a legislação e sua implementação. Quando mulheres negras são sub-representadas no Congresso Nacional e em assembleias legislativas, a consequência não é apenas simbólica. A composição dos espaços de poder influencia a definição de prioridades orçamentárias e a forma como

problemas públicos são enquadrados.

Um desses problemas são as desigualdades enfrentadas pelas mulheres negras, muitas vezes representadas pela imagem de “mulher forte”. Se, por um lado, reconhece-se a resistência histórica diante da adversidade, por outro, naturaliza-se a sobrecarga e desloca-se para o indivíduo a responsabilidade por suportar e superar condições estruturais adversas.

Nesse sentido, a distinção entre igualdade formal e igualdade material é particularmente relevante, porque a Constituição consagra esse princípio, mas a efetividade dele depende de políticas públicas sustentadas e de desenho institucional sólido. A garantia de acesso à creche, saúde integral, proteção contra violência e inserção qualificada no mercado de trabalho não decorre apenas da enunciação de direitos. Exige alocação de recursos, continuidade administrativa e vontade política.

O Dia da Mulher permite avaliar se os avanços normativos foram acompanhados por transformações estruturais e se a representação política reflete a diversidade social. Mulheres negras são 28% da população brasileira, mas somos poucas ocupantes de cargos eletivos. O clamor por uma mulher negra no Supremo Tribunal Federal (STF) é reiteradamente ignorado, e, no Executivo federal, ocupamos pastas de baixo orçamento. Neste cenário de disputas eleitorais iminentes, precisamos atentar para a composição dos espaços decisórios. Se somos a maior parte da força de trabalho da base, precisamos ter maior participação nos espaços de decisão, porque a interrogação que permanece não é apenas quem governa, mas quais experiências sociais são reconhecidas como centrais na definição do projeto nacional.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Os donos da verdade

De acordo com a tradição, a frase: “a verdade está espalhada por aí” é atribuída ao primeiro poeta grego, Píndaro (518 a.C – 438 a.C), posteriormente replicada pelo filósofo Nietzsche na obra autobiográfica *Ecce Homo*, de 1888. Com essa expressão, o que se busca demonstrar é que a ideia da verdade pode ser encontrada em contextos e fontes diversas, espalhadas aos quatro cantos. Isso ocorre porque as convicções pessoais e empedernidas podem facilmente vir a se tornarem mais perigosas até do que a própria mentira. O sentido profundo dessa expressão sugere algo fundamental para a vida intelectual e política das sociedades: a verdade não pertence a um indivíduo, a um grupo ou a uma autoridade específica. Ela se encontra dispersa na experiência humana, na razão, no debate público e na realidade dos fatos. Nenhuma autoridade, por mais poderosa que seja, possui monopólio sobre ela. A pluralidade de perspectivas constitui justamente o mecanismo pelo qual sociedades conseguem se aproximar de interpretações mais próximas da realidade.

O problema grave surge quando essa concepção é substituída por outra mais perigosa: a crença de que a verdade pode ser definida por decreto, por autoridade ou pela simples repetição de narrativas políticas. Nesse momento, convicções pessoais passam a ocupar o lugar que deveria ser reservado aos fatos. Aquilo que antes era objeto de investigação e debate transforma-se em dogma. E dogmas políticos, quando se consolidam, tendem a produzir crises institucionais profundas.

O Brasil contemporâneo vive, em larga medida, sob os efeitos desse fenômeno. Polarização política intensa, discursos mutuamente excluentes e disputas de narrativas permanentes criaram um ambiente em que cada grupo acredita possuir a própria versão incontestável da realidade. Em vez de debate racional, instala-se uma guerra de narrativas. Em vez de busca pela verdade comum, prevalece a tentativa de impor versões particulares como se fossem fatos incontestáveis. Consequência inevitável desse ambiente é o enfraquecimento das instituições. Quando diferentes grupos passam a afirmar que a verdade depende apenas da posição política de quem a proclama, o terreno comum da convivência republicana começa a desaparecer.

Instituições públicas, que deveriam funcionar como árbitros imparciais, acabam sendo arrastadas para disputas políticas intensas. Em vez de mediadoras, tornam-se parte do conflito. Essa transformação produz efeitos corrosivos sobre a confiança pública. Pesquisas de opinião, realizadas pelo Datafolha e por outros institutos, indicam, ao longo da última década, níveis elevados de desconfiança da população em relação a instituições políticas e administrativas. Tal desconfiança não surge apenas de escândalos ou crises econômicas. Ela nasce também da percepção de que diferentes autoridades apresentam interpretações incompatíveis com a realidade, muitas vezes moldadas por interesses circunstanciais. Filósofos políticos, frequentemente, lembram que democracias dependem de um mínimo consenso sobre os fatos básicos da vida pública.

Hannah Arendt observou que a destruição da verdade factual representa uma das formas mais perigosas de corrosão da esfera pública. Sem fatos reconhecidos coletivamente, debate político perde seu fundamento racional e passa a operar, exclusivamente, no campo da propaganda e da mobilização emocional. A situação brasileira contemporânea reflete, em parte, esse processo. A própria ideia de verdade passa a ser substituída por uma disputa permanente de versões.

Retorno à antiga intuição atribuída a Píndaro oferece uma lição importante para tempos como os atuais. Se a verdade está espalhada, ela não pode ser monopolizada. Nenhum partido, governo ou instituição possui autoridade absoluta para defini-la. Ela emerge, gradualmente, do confronto entre evidências, argumentos e experiências diversas. A crise política e institucional brasileira não pode ser compreendida apenas como resultado de divergências ideológicas ou disputas eleitorais. Em grande medida, ela decorre da erosão de um princípio fundamental da vida republicana: o reconhecimento de que a verdade pertence ao domínio comum e deve ser buscada coletivamente.

Resgatar esse princípio não significa eliminar divergências políticas, algo impossível em qualquer sociedade livre. Significa reconhecer que o debate democrático precisa de um terreno mínimo compartilhado, onde fatos possam ser discutidos com base em evidências e não apenas em convicções. Nesse ambiente, a verdade deixa de estar espalhada pela realidade e passa a ser substituída por versões particulares. Quando isso ocorre, crises institucionais deixam de ser exceção e passam a se tornar parte permanente da vida pública.

» A frase que foi pronunciada

“Lealdade ao país, sempre!
Lealdade ao governo,
quando ele a merecer.”

Mark Twain

» História de Brasília

Não foi dos melhores, o movimento da Proclamação de Brasília. O sr. Garcia, da Cidade Livre, levou claque, e toda vez que dizia alguma coisa com mais ênfase, lá de traz batiam palmas e diziam muito bem. Não era coisa tão interessante porque só lá atrás batiam palmas. (Publicada em 16/5/1962)